



EIXO 2

GESTÃO, FINANCIAMENTO, FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GARANTIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL

A garantia de financiamento público é imprescindível para: a manutenção e ampliação dos serviços em saúde mental, a garantia de infraestrutura para as ações voltadas para a Atenção Psicossocial e para a qualificação das equipes, sua estabilidade e permanência, aspecto fundamental para a produção de vínculo e acolhimento a usuários/as e familiares.

Outra prioridade, por seu caráter estratégico é o investimento em uma formação acadêmica, no nível das graduações em saúde, bem como dos cursos técnicos, que tome a Saúde Mental e Atenção Psicossocial, em seu caráter transversal, como eixo orientador dos processos de ensino aprendizagem.

Destaca-se também a participação e o envolvimento da sociedade tanto na formulação quanto na efetivação das políticas voltadas à inclusão dos usuários da Rede de Atenção Psicossocial no convívio social, bem como a ampliação de espaços de participação cidadã (assembleias, conselhos gestores, fóruns locais) e o envolvimento de usuários e familiares na construção de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), grupos da Gestão Autônoma da Medicação (GAM), grupos de ajuda e suporte mútuo e grupos de ajuda mútua de ouvidores/as de vozes.

Por fim, os pontos Gestão, Financiamento, Formação e Participação Social, se potencializam na relação com o fortalecimento do controle social e na transparência na destinação dos recursos, envolvendo o compromisso da União, Estados e Municípios na formação de uma política pública que tenha como uma de suas vias principais “direitos humanos e saúde mental”.

SUBEIXOS PARA REFLEXÃO E DISCUSSÃO:

- a) Formação acadêmica, profissional e desenvolvimento curricular, compatíveis à Rede de Atenção Psicossocial;
- b) Controle social e participação social na formulação e na avaliação da Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas;
- c) Educação continuada e permanente para os/as trabalhadores/as de saúde mental;
- d) Acesso à informação e uso de tecnologias de comunicação na democratização da política de saúde mental;
- e) Financiamento e responsabilidades nas três esferas de gestão (federal, estadual/distrital e municipal) na implementação da política de saúde mental;
- f) Acompanhamento da gestão, planejamento e monitoramento das ações de saúde mental;
- g) Terceirização, rotatividade, perda de direitos e condições de trabalho na rede de saúde mental.